

PLANO PRELIMNAR PARA FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SANTA CATARINA / AGENDA TERRITORIAL DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (2010)

3.1 OBJETIVO

Consolidar estratégias para a articulação territorial das ações de Educação de Jovens e Adultos, valendo-se de análise diagnóstica, definição de objetivos e de metas que subsidiem a implementação e a gestão das ações da Agenda.

3.2 DIRETRIZES

- Promover a articulação entre as demandas sociais e a oferta de políticas públicas.
- Estimular a constituição de redes sociais de cooperação: gestores públicos, educadores, educandos, fóruns de EJA, fóruns de Educação do campo, universidade, movimentos sociais e sindicais, entre outros.
- Estimular a integração das políticas de educação formal e não formal.
- Apoiar processos educativos que favoreçam a produção do conhecimento, sistematização e socialização das experiências, a partir da realidade local e do respeito à diversidade cultural, de gênero, geração, etnia e de ecossistemas.
- Apoiar experiências inovadoras de Educação de Jovens e Adultos no âmbito do mundo do trabalho, em especial, da economia solidária e sustentável, garantindo-se autonomia e cidadania.

3.3 ESTRUTURA

- Comissão Estadual de Alfabetização e EJA – dimensão de planejamento e controle social.
- Comitê Estadual de Informações sobre Alfabetização e EJA – dimensão técnica

3.3.1. Instituições Participantes preliminarmente para a constituição da Agenda:

- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação/SECAD/MEC;
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação/FNDE/MEC;
- Estados – Secretarias Estaduais de Educação;
- Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos/CNAEJA;
- Parceiros locais.

3.3.2 Parceiros Locais

- Secretaria Estadual de Educação (Secretaria Executiva da Comissão);

- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação/UNDIME;
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação/UNCME;
- Educadores e educandos de EJA
- Instituições de educação profissional;
- Instituições de ensino superior;
- Movimentos sociais, fóruns (EJA, Educação do Campo, Movimento Negro, Idosos);
- Representantes da sociedade civil da área de alfabetização e de EJA.

3.3.3 Papel dos Parceiros Locais

- Colaborar com dados e informações no âmbito das ações do Comitê Estadual;
- Participar da Comissão Estadual.

3.4 AÇÕES DA AGENDA TERRITORIAL DE EJA

- Fomentar políticas de acesso, permanência e continuidade de escolarização, tais como alimentação e transporte aos alunos de EJA.
- Proceder à ampliação e aprofundamento de diagnóstico, buscando explicitar o perfil da EJA em SC.
- Proceder à análise dos dados, indicando e mapeando as eventuais distorções.
- Garantir espaços apropriados aos cursos de EJA.
- Fazer acompanhamento dos egressos que concluem o curso do 1º segmento para verificar o prosseguimento ou não de estudos.
- Estabelecer regime de colaboração entre os entes federados, em especial no tocante à oferta de continuidade da escolarização.
- Alfabetizar jovens com mais de 15 anos de idade, adultos e idosos.
- Implementar as Políticas Públicas para a população Quilombola.
- Implementar Políticas Públicas para Educação do Campo.
- Oferecer a Educação Profissional na EJA.
- Criar políticas de formação inicial e continuada.
- Incentivar e implementar pesquisas na EJA.
- Repensar o currículo para EJA.
- Repensar políticas de avaliação.
- Analisar materiais didáticos e de apoio disponíveis no mercado.

METAS, AÇÕES, ESTRATÉGIAS DA AGENDA EJA

Metas/ Objetivos	Ações	Estratégia	Responsáveis	Prazos
<p align="center">1. Oferecer condições de acesso, permanência e continuidade de escolarização.</p>	<p>a) Atender a demanda existente na zona rural, urbana (centro e periferias das cidades).</p> <p>a) Mapear a população não escolarizada.</p> <p>a) Fazer campanha de divulgação dos programas e de matrículas.</p> <p>Alfabetizar jovens com mais de 15 anos, assim como, adultos e idosos.</p> <p>Assegurar a continuidade dos estudos aos egressos do Programa Brasil/SC Alfabetizada.</p> <p>Assegurar oferta de continuidade da escolarização básica e Ensino Médio nos três turnos (matutino, vespertino e noturno).</p> <p>Implantar ações de Política da educação quilombola e do campo.</p> <p>Garantir nos espaços onde acontecem as aulas um ambiente de estudo e pesquisa para os educandos com mobiliários e iluminação adequados, bibliotecas e salas informatizadas.</p> <p>Fazer acompanhamento com pesquisas dos egressos que concluem o curso para verificar o prosseguimento de estudos.</p> <p>Regulamentar a oferta de EJA por meio de resolução própria.</p> <p>Garantir financiamento para a EJA nos diferentes sistemas de ensino;</p> <p>Oferta de cursos de formação continuada profissional na continuidade da escolarização.</p>	<p>Estabelecer convênio, entre os poderes públicos: Federal, estadual, municipal e empresas privadas.</p> <p>Regulamentar o Regime de Colaboração, articulando as redes municipais, estaduais e federais na oferta de EJA.</p> <p>Criar turmas de EJA próximas à residência dos alunos.</p> <p>Firmar parcerias entre Municípios e Estado para a garantia da continuidade dos educandos do I Segmento de nos cursos de EJA.</p> <p>Realizar acompanhamentos sistematizados nas turmas e acompanhar o prosseguimento dos educandos em cursos da EJA do Programa Brasil Alfabetizado.</p> <p>Estabelecer parceria com órgãos, instituições e entidades (EMBRAPA, EPAGRI, CIDASC e Cooperativas agrícolas), movimentos sociais (Campo, Mov. Negro, Gênero...)</p> <p>Estabelecer parcerias entre prefeituras municipais e FNDE/MEC.</p>	<p>Sistemas de Ensino Estadual, Municipal e Federal (Conselhos Federais, Estaduais e Municipais). CEDUPs, Sistema S.</p>	<p align="center">Estabelecer prioridades.</p>

	<p>Oferecer e ampliar a Educação Profissional EJA Implantar a Educação Profissional integrada a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA/ PROEJA/FIC. Estabelecer o debate sobre o mundo do trabalho na oferta de educação profissional e na EJA. Debate sobre concepções.</p>	<p>Criar/ ampliar a oferta de cursos profissionalizantes integrados à Educação Básica. Estabelecer quadro permanente de professores para a educação profissional/EJA. Garantir, pelo menos, os 10% de matrículas indicados no Decreto 5840/2006. Também o correspondente a 2/3 dos recursos líquidos do Sistema S devem ser destinados a matrículas gratuitas. Os CEDUPs também devem oferecer Proeja.</p>		
	<p>Oferecer /ampliar Alimentação Escolar e transporte.</p>	<p>Seguir regulamentação dos Programas já existentes - Programa Nacional de Apoio ao Transporte – PNATE e o Programa Nacional de Alimentação Escolar</p>	<p>Sistemas de Ensino – Estadual, Municipal e Federal (Conselhos Federais, Estaduais e Municipais), Secretaria de Justiça e Cidadania e Segurança Pública.</p>	
	<p>Ampliar a oferta de escolarização aos jovens e adultos privados de liberdade. Oferecer uma educação adequada aos jovens e adultos privados de liberdade. (Diretrizes Curriculares Para a Educação em Presídios)</p>	<p>Firmar convênio entre a Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania e Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, para estabelecer Políticas Educacionais de Atendimento aos Jovens Privados de Liberdade.</p>		
	<p>Investir em material didático para alunos e títulos para apoio do professor e alunos em situação de privação de liberdade.</p>	<p>Criar serviços de atendimento onde houver necessidade de atendimento a pessoas em situação de privação de liberdade.</p>		
	<p>Oferecer atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, conduta típica e altas habilidades. Adequação do espaço físico para acesso de pessoas com deficiência física.</p>	<p>Levantar quais espaços físicos não estão adequados às normas de acessibilidade e solicitar adequação e criar serviço de atendimento especializado na EJA</p>		

<p>2. Promover debates que viabilizem repensar /implantar as formas de organização curricular da EJA.</p>	<p>Estabelecer discussões sobre diretrizes curriculares adequados às particularidades dos educandos de EJA, que levem em conta a diversidade e realidades locais, rompendo: com práticas de aligeiramento dos conhecimentos, superando a visão compensatória dessas práticas; com a redução do tempo e do direito à educação; e favorecendo sua permanência no processo e a qualidade dessa educação.</p> <p>Reafirmar a necessidade de inclusão, no currículo, de temas que valorizem o respeito a fases da vida, compreendendo-as no âmbito de suas culturas específicas e buscando a superação de conflitos geracionais.</p> <p>Organizar e incentivar propostas que visualizam a perspectiva de currículo integrado da Educação Básica à Educação profissional.</p> <p>Espaços de atendimento aos filhos de estudantes no tempo aula.</p>	<p>Produzir e apoiar técnica e financeiramente a elaboração e publicação de materiais pedagógicos de EJA respeitadas a diversidade dos sujeitos e suas especificidades.</p> <p>Produzir, incentivar a produção pelos professores de documentos norteadores da organização curricular na EJA no âmbito das redes.</p> <p>Apoiar a implementação de currículos que atendam as particularidades de EJA.</p> <p>Promover espaços de socialização de práticas pedagógicas em EJA com a participação de docentes e estudantes</p>	<p>Sistemas de Ensino – Estadual, Municipal e Federal, Conselhos Federais, Estaduais e Municipais, Universidades.</p> <p>..</p>	
<p>3. Disponibilizar e garantir material didático, de apoio e tecnologias de informação e comunicação.</p>	<p>Apoiar técnica e financeiramente a elaboração e publicação de materiais didáticos e de apoio.</p> <p>Analisar materiais disponíveis no mercado editorial.</p> <p>Comprar materiais didáticos e de apoio aos alunos.</p> <p>Garantir materiais específicos à prática docente na EJA.</p> <p>Implementar as bibliotecas escolares com acervo voltados para EJA.</p> <p>Manter o funcionamento da biblioteca em horários integral, acessível aos alunos da EJA.</p> <p>Disponibilização das Tecnologias de Informação – TICs como apoio ao ensino.</p>	<p>Oferecer formação continuada com profissionais da área de ciências da informação para acesso e socialização de materiais digitais e virtuais</p> <p>Constituir equipe interinstitucional, em âmbito estadual, para análise e parecer de materiais didáticos.</p> <p>Comprar materiais didáticos, pedagógicos.</p> <p>Realizar parcerias e convênios entre instituições que ofertam EJA e formadores de professores para análise e produção de materiais.</p> <p>Disponibilizar laboratórios de informática e bibliotecas com profissionais habilitados para favorecer a inclusão digital dos estudantes de EJA.</p>		

<p>4. Repensar políticas de avaliação para EJA.</p>	<p>Repensar os sistemas de avaliação tendo em vista a perspectiva de avaliação formativa, incorporando a dimensão de como cada sujeito se apropria dos conhecimentos para si, para sua comunidade e para a sociedade, dando relevância ao valor do conhecer e da competência de jovens e adultos para a reelaboração de novos conhecimentos.</p> <p>Garantir mecanismos de validação de estudos e cargas horárias entre redes de ensino com modelos/perspectivas diferentes</p>	<p>Indicar que as propostas de EJA das redes incluam uma perspectiva de avaliação formativa.</p> <p>Realizar pesquisa para avaliar a efetividade e o sentido dos exames em EJA, sejam eles de base estadual ou nacional, para estabelecer política adequada de certificação dos educandos.</p>		
<p>5. Constituir e ampliar o quadro funcional</p>	<p>Criar um quadro de professores efetivos nas redes de ensino para o atendimento da EJA.</p> <p>Estabelecimento de critérios de classificação na EJA, nos Processo Seletivo de ACTs, valorizando a formação específica e tempo de atuação na EJA.</p> <p>Estimular a pesquisa entre os docentes e a participação em congressos e encontros que versem sobre a EJA.</p> <p>Estimular processos de formação continuada em serviço com remuneração dos docentes de EJA.</p>	<p>Criar quadro de carreira na EJA.</p> <p>Estabelecer critérios para o Processo de Seleção de ACTs.</p> <p>- Constituir uma política de formação continuada dos professores de EJA.</p>		
<p>6. Formação continuada em serviço dos profissionais que atuam na EJA</p>	<p>Oferecer formação continuada a todos os profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos. (cursos, seminários, palestras, oficinas...)</p>	<p>Fazer levantamento do número de profissionais que atuam na EJA;</p> <p>Oferecer formação continuada nas áreas do conhecimento para professores e demais profissionais que atuam na EJA.</p> <p>Oferecer formação continuada para professores que atuam na EJA – nas Unidades Profissionais e de Internação Presídios, Quilombola, Casa Familiar Rural, Casa Familiar do Mar.</p>	<p>Sistemas de Ensino – Estadual, Municipal, Federal e Universidades</p>	

<p style="text-align: center;">7. Estabelecer políticas de formação inicial de docentes em nível de graduação voltadas à EJA.</p>	<p>Ampliar e fomentar junto às instituições formadoras de professores o debate sobre a inclusão da EJA como objeto de estudos nas licenciaturas.</p> <p>Propor a Implantação de propostas de formação inicial em EJA no contexto dos espaços universitários, nos cursos de licenciatura e pedagogia.</p> <p>Fomentar, junto aos sistemas públicos de ensino, por meio de convênios, políticas públicas de formação de educadores de EJA</p>	<p>- Articulação e diálogo entre as instituições formadoras, as redes de ensino e sociedade civil, a partir do diagnóstico da EJA e formação docente.</p> <p>-Desenvolver discussão ampla e aprofundada no âmbito das universidades para viabilizar a formação inicial em EJA, tomando como base documentos produzidos em: ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, ENEJAs (Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos), já em âmbito estadual o FEEJA (Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina), assim como, inserindo essas discussões em espaços nas instituições de ensino superior, tais como no âmbito da UFSC o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), o PRODOCENCIA (Programa de Consolidação das Licenciaturas) e outros.</p> <p>- Integrar aos currículos das licenciaturas a EJA considerando dentre outros aspectos a diversidade regional/local e cultural.</p> <p>-Encaminhar debate para FORUMPIR e ANDIFES, CRUB. FORGRAD.</p>	<p>Sistemas de Ensino, Universidades, Ministério da Educação, Fóruns de EJA</p>	
--	---	---	---	--

<p>8. . Estabelecer políticas de formação continuada na pós-graduação voltadas a profissionais que atuam na EJA.</p>	<p>Propor a implantação e a implementação de programas de formação continuada na PG.</p> <p>Fomentar linha de pesquisa em EJA na pós-graduação lato sensu e stricto sensu.</p> <p>Estabelecer uma política de formação continuada em EJA nas redes de ensino.</p> <p>Realizar ações de extensão que promovam a formação continuada de docentes.</p>	<p>Atender a professores que trabalhem na EJA</p> <p>Ampliar políticas de formação continuada em EJA nas redes de ensino.</p> <p>Estimular liberação remunerada de carga horária para participação de cursos e pós-graduação e de formação em serviço nas redes de ensino.</p> <p>Promover formação continuada de docente.</p>	<p>Sistemas de Ensino. Ministério da Educação e Universidade</p>	
<p>9. Criar políticas de incentivo e financiamento para a pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos no âmbito das diversas instituições de ensino.</p>	<p>Desenvolver pesquisas com o objetivo de fortalecimento de um campo de estudos em Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina, assim como da própria EJA.</p> <p>Realizar o levantamento de pesquisas que possam contribuir para o diagnóstico "A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SANTA CATARINA".</p> <p>Realizar levantamento do estado da arte das pesquisas com foco na EJA realizadas em nível de pós-graduação, no estado de Santa Catarina.</p> <p>Desenvolver pesquisas com o objetivo de levantar a demanda por formação inicial e continuada, assim como das instituições que já oferecem essa formação.</p> <p>Produzir estudos sobre a EJA e suas diferentes dimensões (ensino, currículo, legislação, políticas públicas, financiamento...) elementos que poderão ser focados melhor a partir do levantamento das pesquisas já desenvolvidas em SC.</p> <p>Realizar estudos e discussões envolvendo diversos atores sobre conhecimentos e saberes produzidos por jovens, adultos e idosos em variados contextos não-formais ao longo da experiência de vida, a fim de que possam ser reconhecidos e validados nos sistemas públicos de ensino.</p>	<p>Debate junto às universidades sobre a necessidade de inclusão de linhas de pesquisa sobre EJA e formação de professores para a EJA nos Programas de Pesquisa e Pós- graduação.</p> <p>Criação de programas de incentivo e financiamento para a pesquisa na EJA (FAPESC, CNPQ, CAPES...)</p> <p>Estímulo das redes de ensino ao desenvolvimento de pesquisa em EJA pelos seus docentes.</p>	<p>Pesquisador da Agenda Territorial</p> <p>Universidades, Sistemas de Ensino (Conselhos Federais, Estaduais e Municipais), órgãos de financiamento,</p>	

Registro do GT: movimentos Sociais e controle Social.

Incluir sempre a nomenclatura idoso à expressão jovens, adultos.

O plano está muito bem feito, completo. É preciso, contudo estabelecer algumas prioridades.

Educação profissional – assegurar a oferta. Garantir, pelo menos, os 10% de matrículas indicados no Decreto 5840/2006. Também o correspondente a 2/3 dos recursos líquidos do Sistema S devem ser destinados a matrículas gratuitas. Os CEDUPs também devem oferecer Proeja.

Inserir o debate sobre o mundo do trabalho na oferta de educação profissional e na EJA. Debate sobre concepções.

Assegurar a oferta automática de ensino médio garantindo a continuidade. Articular redes municipais e estaduais.

Constituir uma base integrada de dados.

Convidar para a agenda: MST, Conselho Municipal (e Estadual) do Trabalho e Emprego, SINE, CIEE ...

GT 1 - Instituições Gestoras de EJA

- Rever os programas de alfabetização, quanto a formação dos professores e sua real necessidade de funcionamento nos municípios, onde a EJA já existe;
- Levantamento dos alunos dos programas de alfabetização para encaminhá-los para a continuidade de estudos no I segmento;
- Mapeamento do número de analfabetos por município;
- Levantamento dos municípios que não oferecem I segmento, para fomentar a sua criação.
- Garantia de formação continuada permanente e valorização para educadores de EJA;
- Fiscalização por parte do conselho do FUNDEB, para o uso correto de 60% da verba do FUNDEB, na formação de professores.

- Fomentar entre as Universidades a formação inicial em EJA;
- Orientação para lideranças governamentais municipais quanto a criação de um departamento específico de EJA nas secretarias municipais;
- Otimização da chamada pública para EJA;
- Parcerias com o sistema S, Instituto Federal estabelecendo sistema de colaboração para o encadeamento das ofertas – anos iniciais, anos finais e ensino médio em EJA;
- Articulação do Estado e municípios para oferecer o Ensino Médio;
- Universalizar o atendimento da EJA no Estado de Santa Catarina;
- Quadro efetivo: não houve consenso no grupo, haja vista, a diversidade de EJA em nossos municípios.

1)

- Programa de matrículas articulado ao Ensino Fundamental (regular);
- Fortalecer Conselhos Municipais de Educação

Infra estrutura

Autonomia financeira

Autonomia (participação na LDO)

Fiscalização das verbas pelo FUNDEB

2)

- a) Formação continuada em serviço em EJA seja política pública

- a) Indicativo de que todas as licenciaturas incluam disciplinas de EJA na grade curricular (mínimo 60h/a)
- b) Acompanhamento e fiscalização de cursos em EJA pelos conselhos municipais de educação e secretarias municipais de educação
 - Dar visibilidade aos conselhos.